

Seminário

AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Lisboa, 25 de Janeiro de 2007, Grande Auditório, Laboratório Nacional de Engenharia Civil



INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL E O DESENVOLVIMENTO DAS TIC

Sinopse do estudo encomendado pela DGOTDU à Universidade de Aveiro

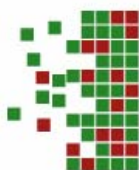
Eduardo Anselmo de Castro, *Professor Associado, Universidade de Aveiro*

Gonçalo Santinha, *Assistente Convidado, Universidade de Aveiro; Investigador do CEIDET*

Teresa Sá Marques, *Professora Associada, Faculdade de Letras, Universidade do Porto*

Expressões como *Era Digital*, *Sociedade em Rede* e *Sociedade da Informação e do Conhecimento* encontram-se hoje no centro do debate político, económico e social. Estes termos evocam, por um lado, a crescente importância dos recursos cognitivos e, por outro, a informatização da sociedade, isto é, a introdução no nosso quotidiano de novos serviços aliados ao computador, ao telemóvel e à *Internet*. O célere desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), a que se assiste principalmente desde a década de 90, é consequência directa do progresso tecnológico nos sectores da electrónica, juntamente com a produção de *software* e inovações na arquitectura de redes. Tal permitiu que a informação fosse melhor estruturada e veiculada por meios cada vez mais sofisticados: por um lado, a informação circula nas redes com uma eficiência crescente em termos de largura de banda utilizada para a transmissão do mesmo tipo de mensagem; por outro, os canais de transmissão possuem cada vez mais capacidade, assistindo-se a uma crescente utilização de serviços de *banda larga*.

A crescente influência das TIC na vivência das pessoas e das próprias instituições tem implicações no Ordenamento do Território e no seu desenvolvimento socio-económico, pelo que qualquer orientação de política delineada no quadro de desenvolvimento do país não pode ignorar esta temática. No entanto, não só os impactes destas tecnologias no território são insuficientemente conhecidos, como também a sua acção *reconfigurante* dos territórios é raramente considerada pelos instrumentos de base territorial. Urge, pois, repensar a organização económica e social do território no contexto da *Sociedade da Informação e Conhecimento*: primeiro, porque há a preocupação legítima de promover a igualdade de oportunidades, pelo que a coesão e harmonização territorial se revela crucial; segundo, porque há a preocupação de gerar efeitos de aglomeração que beneficiem o

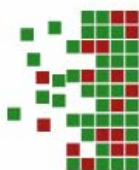


desenvolvimento social e económico e justifiquem uma acção diferenciada. Trata-se, no fundo, de evitar ser excluído do quadro de vantagens da presente globalização de oportunidades.

Mas para que estas vantagens sejam reais é necessário que os instrumentos existentes de base territorial, na sua dupla dimensão de regulação da ocupação e uso do solo e de desenvolvimento social e económico, funcionem como uma verdadeira *rede* de complementaridades, capazes de consolidar e estimular as relações entre diferentes territórios, entre diferentes escalas (local, regional e nacional) e em articulação com políticas e programas de âmbito sectorial. O mesmo argumento é válido para os agentes responsáveis pela elaboração e implementação desses instrumentos. É necessário que se definam soluções claras e integradas de processos de relacionamento operacionais com vista ao Ordenamento do Território e seu Desenvolvimento Socio-económico nas diversas escalas territoriais.

Esta visão centra-se em três questões chave:

1. *Na articulação de diferentes conceitos:* como analisar o impacto do desenvolvimento das TIC no ordenamento do território e no desenvolvimento socio-económico das regiões tendo em vista uma correcta integração na Sociedade da Informação e do Conhecimento?
2. *Na articulação de diferentes fins:* de que forma os instrumentos de intervenção de base territorial se revelam suficientes para que as políticas de Ordenamento e de Desenvolvimento Socio-económico assegurem que, por um lado, o recurso às TIC seja um factor uniformizador do ponto de vista da equidade de oportunidades e, por outro, as TIC sejam enquadradas enquanto factor diferenciador do ponto de vista da exploração das potencialidades existentes?
3. *Na articulação de diferentes meios:* como é que as TIC devem estar presentes nos processos de participação e discussão pública associados à elaboração dos Instrumentos de base territorial, nos meios de cooperação entre os diversos agentes envolvidos na sua elaboração e nas formas de divulgação dos instrumentos?

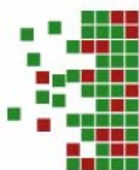


Foi com o propósito de analisar estas questões, à luz de um duplo olhar analítico e instrumental, que a Direcção Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) encomendou, em finais de 2004, a uma equipa liderada pela Universidade de Aveiro, o estudo *Instrumentos de Gestão Territorial e Desenvolvimento das TIC*.

O estudo inclui, por um lado, a análise dos instrumentos de base territorial no contexto nacional, procurando perceber de que forma estes contemplam as TIC, quer em termos do seu conteúdo (na sua dupla vertente reguladora e estratégica), quer do ponto de vista operativo (TIC enquanto meios indutores de participação e discussão públicas). Por outro lado, o estudo contempla a análise de um território específico - *região de Dão-Lafões* -, diversificado em termos de organização espacial e no que respeita ao desenvolvimento socio-económico. Esta diversificação permite aferir as potencialidades que as TIC oferecem para o desenvolvimento regional. No caso concreto, o estudo incidiu na análise i) do sector do turismo, que com o auxílio das TIC pode contribuir decisivamente para o desenvolvimento social, cultural e económico de Dão Lafões, e ii) das empresas exportadoras, que com o auxílio das TIC podem estimular a adopção de estratégias de internacionalização.

As ilações decorrentes da componente analítica, do trabalho empírico e da pesquisa de boas práticas evidenciam:

- i) A importância do papel das TIC no Ordenamento do Território e seu Desenvolvimento Socio-económico, na medida em que:
 - ✓ Enquanto infraestruturas físicas, as TIC moldam e estruturam o território.
 - ✓ Enquanto instrumentos de conectividade e mobilidade, as TIC têm implicações na definição e no funcionamento do sistema urbano, permitindo o reforço da relação cidade/campo e o desenvolvimento de estruturas policêntricas.
 - ✓ Enquanto elementos de organização e integração de actividades socioeconómicas, as TIC têm fortes repercussões em sectores como a saúde, a educação, o turismo, o ambiente, os transportes ou o



comércio, para além de influenciarem a reconfiguração dos processos produtivos internos às empresas.

- ✓ Finalmente, as TIC podem facilitar a democratização dos processos de participação e discussão pública associados à elaboração, gestão e implementação dos Instrumentos de Gestão Territorial.
- ii) A necessidade de adequar os Instrumentos de Gestão Territorial ao contexto da Sociedade da Informação e do Conhecimento, visto que, se estes factos são genericamente reconhecidos, a sua tradução a nível das políticas regionais e locais de ordenamento do território e de urbanismo e seu desenvolvimento é ainda incipiente:
- ✓ Só um universo reduzido de municípios portugueses é que integra as TIC como elemento estruturante ou estratégico no quadro de elaboração dos PMOT's;
 - ✓ Poucos são os que utilizam estas ferramentas para interagir com a comunidade, quer durante o processo de elaboração e aprovação dos planos, quer nos seus processos de implementação.
- iii) A inevitabilidade de planear, tendo presentes as estratégias conflituais dos diversos agentes que operam no território, de forma a maximizar os recursos naturais, sociais e económicos disponíveis. E estamos, de facto, numa fase crucial para a tomada de decisões estratégicas no âmbito do Ordenamento do Território:
- ✓ Está-se a desenhar o novo enquadramento para o apoio estrutural comunitário no horizonte 2013 (QREN 2007-2013), no qual se integram as opções de política de desenvolvimento regional e de política de ordenamento do território;
 - ✓ Está-se finalmente a concretizar o edifício dos Instrumentos de Gestão Territorial, na medida em que o PNPOT será aprovado pelo Governo a curto prazo, os PROT estão em fase de elaboração, passando a abranger todo o território nacional a partir do final de 2007, e cerca de 65% dos PDM do Continente se encontram em processo de revisão.